

# Comissão refaz o que Constituição extinguiu

VICENTE DIANEZI

Extintos em outubro passado por determinação constitucional, os 43 fundos assistenciais e de apoio setorial e regional, que frequentavam o orçamento da União, estão sendo recriados pelo Congresso — e deverão consumir Cr\$ 566,4 bilhões no próximo ano a preços de hoje. Pior ainda, os congressistas lhes deram uma sobrevida de mais cinco anos, integrando-os ao Orçamento Plurianual 1991/1995. Num acordo político, embora ao arrepião da lei, o governo aceitou mantê-los em 1991. Agora, poderá sofrer mais uma derrota, caso a medida seja aprovada em plenário até o final da semana. O orçamento da União subordina-se ao Orçamento Plurianual.

## Briga perdida

"Os fundos estão ilegais e são verdadeiros cartórios", diz o economista e deputado tucano José Serra (SP) que, desde a constituinte, propunha a extinção de todos eles. "Os gestores desses fundos não prestam contas ao Tesouro e podem aplicar os recursos no mercado, obtendo receitas adicionais enormes", ele acrescenta. Serra perdeu a briga, mas conseguiu aprovar uma emenda, segundo a qual, até outubro passado, governo e parlamentares deveriam rever, caso a caso, a validade da existência desses fundos. Como isso não aconteceu, todos eles, hoje, deveriam estar sepultados.

Assim, embora o governo tenha extinto o IBC (Instituto Brasileiro do Café) em março passado, o orçamento da União destinará Cr\$ 42,8 bilhões para o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira no próximo ano. O Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento ficará com Cr\$ 177,1 milhões e o Fundo Especial para Deficientes de Visão contará com Cr\$ 160 mil. Enquanto isso, o Fundo de Compensação de Variações Sa-

Comissão que elabora Orçamento no Congresso quer manter o que a Constituição extinguiu



lariais terá outros Cr\$ 132,1 bilhões e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social mais Cr\$ 16,7 bilhões.

## Campeão

Até o Fundo de Previdência e Assistência Social, por onde transitam os recursos destinados aos aposentados e pensionistas e ao sistema oficial de saúde, também tornou-se inconstitucional. Ele é formado pelas contribuições dos assalariados segurados da Previdência Social e, por isto, é o campeão de destinações: Cr\$ 4,7 trilhões a preços de hoje. Se ele não fosse recriado, juntamente com os outros, seus recursos passariam a ser administrados diretamente pelo Tesouro Nacional. Também o Fundo da Central de Medicamentos ou o Fundo de Assistência do Atleta Profissional estariam nas mesmas condições.

## Comissão vota hoje proposta de lei orçamentária

A Comissão Mista de Orçamento vota hoje o relatório do projeto de lei orçamentária para 1991 com poucas modificações em relação à proposta enviada pelo Executivo. A mudança principal é o aumento das receitas e despesas em Cr\$ 750 bilhões, a preços de maio. Desse total, apenas Cr\$ 40 bilhões serão destinados ao atendimento das emendas apresentadas pelos parlamentares.

A Comissão decidiu seguir à risca a política econômica do governo, e garantir Cr\$ 321 bilhões para a amortização da dívida mobiliária pública no ano que vem. A nova estimativa da

receita e despesa foi feita com base nos resultados financeiros do Banco Central e na remuneração dos recursos do Tesouro depositados no BC. O restante terá origem no aumento dos tributos.

Para a seguridade social irão Cr\$ 296 bilhões (60% para benefícios e 40% para a saúde), e cerca de Cr\$ 98 bilhões serão divididos entre a seguridade e a livre aplicação do Executivo. Segundo um ex-assessor da área econômica do governo, o relatório final não entra em confronto com a atual política econômica e a reestimativa feita nas receitas e despesas é constitucional.

## Matérias polêmicas ficam para o final

Deputados e senadores deixaram para os últimos dias da atual legislatura a votação das matérias polêmicas. Para hoje está prevista a votação de 11 medidas provisórias, entre elas a que extingue a contribuição sindical, a que fixa o reajuste dos aluguéis e a que limita os pedidos de concordata. A Medida Provisória 273, que trata da política salarial, só será votada amanhã, segundo acordo feito pelos líderes dos partidos.

A pauta da Câmara e do Senado prevê a votação de matérias importantes como a nova política agrícola e a resolução que fixa parâmetros para a negociação da dívida externa. Ainda não há acordo sobre a forma de permitir ao governo pagar antecipadamente aos credores privados os juros atrasados. O projeto que pune a cobrança de juros acima de 12% também volta à pauta sem que os deputados se entendam sobre a matéria, cuja votação poderá ser novamente adiada.

Na Comissão Mista de Orçamento os parlamentares votam à tarde o texto final do projeto que será submetido ao plenário antes do recesso parlamentar. Além do orçamento para 91, o Congresso também deverá votar o Plano Plurianual de Investimentos.

O Congresso Nacional aprovou, ontem à noite, quatro das 15 medidas provisórias que se encontravam na pauta, deixando as restantes para hoje, algumas para se completar acordo (caso da que trata das mensalidades escolares), outras para se permitir a publicação dos pareceres apresentados ontem em plenário.

A primeira das quatro medidas foi aprovada em forma de projeto de lei de conversão. É a que permite ao governo controlar, previamente, as exportações e importações de açúcar, álcool, mel rico ou mel residual (melaço), para garantir o pleno abastecimento do mercado interno. As alterações estabelecem prazo para o controle (até 31.05.95) e dão preferência ao Nordeste na exportação de açúcar para o mercado norte-americano.